

ESCUТА PSICOLÓGICA E VIOLÊNCIA RACIAL: NOTAS REFLEXIVAS

RENICE EISFELD MACHADO¹; MIRIAM CRISTIANE ALVES²

¹*Universidade Federal de Pelotas – renice.eisfeld@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – oba.olorioba@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A clínica psicológica clássica se encontra inserida em um modelo de atendimento biomédico e tem sua escuta orientada para a análise de sinais e sintomas que são trazidos pelos sujeitos/as a partir da sua fala e, dessa maneira, o/a psicólogo/a direciona seu atendimento com base no que foi apreendido nesse processo (DUTRA, 2004). Esse procedimento consiste na clínica tradicional de escuta terapêutica direcionada a partir de uma concepção de sujeito que prioriza os processos psicológicos e psicopatológicos, descontextualizando-o historicamente (DUTRA, 2004).

Ao reconhecermos a psicologia enquanto ciência imbricada em uma atuação eurocêntrica, racista e heteronormativa nós passamos a nos questionar sobre o seu silêncio diante de sofrimentos produzidos pelo racismo. Alves, Jesus e Scholz (2015, p. 870) referem que a vivência de uma humanidade de concessão e subalterna produzida pelo olhar preconceituoso e racista da modernidade/colonialidade lançado à população negra leva, consequentemente, ao sofrimento psíquico. Que escuta psicológica é essa que não está sensível à violência racial? De que modo a psicologia vem contribuindo para manter a invisibilidade de pessoas subalternizadas pelo racismo? Que outra escuta psicológica é possível no contemporâneo para o enfrentamento ao racismo? A partir desses questionamentos buscamos dialogar com a Psicologia Latinoamericana e o Pensamento Crítico Descolonial.

O tema levantado nesse estudo tem relevância clínica, acadêmica e social, pois está comprometido com a possibilidade de provocar questionamentos e problematizações sobre a prática psicológica no que tange ao sofrimento que é produzido pelas normativas sociais que perpetuam o racismo. Face ao exposto, os objetivos do estudo são: problematizar a escuta psicológica diante da violência racial; enunciar as implicações do racismo e da universalidade do humano na escuta psicológica; questionar a escuta psicológica enquanto dispositivo de legitimação da violência racial no contemporâneo; e por em discussão uma escuta psicológica engajada e politizada no enfrentamento ao racismo.

2. MÉTODO

O presente estudo está integrado a uma pesquisa maior realizada em conjunto com o Projeto de Ensino “Núcleo de Estudos e Pesquisas É'LÉÉKO - Agenciamentos Epistêmicos Antirracistas De(s)coloniais”, do curso da Psicologia da UFPEL. Tem como referenciais teórico-epistemológicos o Pensamento Crítico Descolonial e a Psicologia Latinoamericana e traz como principais categorias de análise: colonialidade do poder (QUIJANO, 2010), colonialidade do gênero (LUGONES, 2007), Pensamento Abissal (SANTOS, 2009), Apartheid Psíquico (NOGUEIRA, 2017), Complexo Psiconírico, Alterocídio (MBEMBE, 2014).

Trata-se de um ensaio teórico que buscou desenvolver uma reflexão profunda e minuciosa (MENEGHETTI, 2011) acerca das implicações da violência racial na escuta psicológica. Para esse autor, o ensaio teórico é uma importante forma de produção de conhecimento, onde sua força está na capacidade reflexiva para compreender a realidade. Uma característica comum em ensaios é a de constituir-se como espaço aberto para a veiculação de pontos de vista ainda não comprovados, carregando a ideia de tentativa de ação especulativa e interpretativa, sendo uma composição na qual a autora se submete ao crivo de

outrem (BARROS, 2011). Como procedimento foi utilizado a pesquisa bibliográfica com levantamento de referências teóricas publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros e artigos científicos, com o propósito de recolher conhecimentos que contribuam com a problematização sobre a escuta psicológica diante da violência racial.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para desenvolver o conceito de colonialidade do poder partiremos do conceito de colonialismo. Segundo Fanon (2005), o colonialismo se constitui como um sistema de exploração e dominação violento produzido pelo colonizador diante do povo colonizado. O autor refere que a violência é essencialmente dada, já que o colonizador vem com intenção de dominar e explorar a existência daqueles que vivem na região colonizada, retirando seus bens e promovendo o trabalho escravizado. Fanon (2005) salienta que os resquícios que ficam do colonialismo é o sentimento de inferioridade dos povos que foram submetidos às condições desumanas de trabalho e de existência. Povos que com suas mãos de obra especializadas sustentaram um sistema de dominação-exploração que é perpetuado e atualizado no contemporâneo pela colonialidade (ALVES; JESUS; SCHOLZ, 2015).

Lugones (2014) refere que a colonização produziu uma distinção hierárquica e dicotômica entre o humano e o não humano, acompanhada por distinções de superioridade dos homens sob as mulheres. Deste modo, as pessoas civilizadas eram homens e mulheres brancas, impondo a categoria de não humano aos povos originários das Américas e da África (LUGONES, 2014). A colonialidade, portanto, mantém viva relações hierárquicas construídas a partir de uma concepção de humanidade cuja população do mundo se diferencia em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos (QUIJANO, 2000). Mas afinal, de que modo a psicologia, com seu aparato teórico e metodológico contribui para a manutenção da lógica colonial mantendo homens e mulheres negras subalternizadas e desumanizadas pela colonialidade do poder e do ser?

Santos (2009) ao discutir o pensamento abissal quando problematiza a realidade social moderna, o faz a partir da compreensão da existência de dois universos distintos, caracterizados pela dominação, violência e invisibilidade de um universo em relação ao outro. O autor faz referência ao universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”, salientando que “a divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, tornando-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente” (p.32). Uma “característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha” (p.32). O pensamento abissal, portanto, possui a “capacidade de produzir e radicalizar distinções” (SANTOS, 2009, p.33), cujas relações hierarquizadas, de dominação e exploração produzem humanidades de concessão e subalterna no contemporâneo e, consequentemente, sofrimento psíquico (ALVES; JESUS; SCHOLZ, 2015). Deste modo, nos arriscamos dizer que o pensamento abissal, discutido por Santos (2009), manifesta-se na escuta psicológica sempre que o profissional de psicologia desconsidera a narrativa de pessoas que expressam a violência racial no *setting* terapêutico, por exemplo, quando desvaloriza ou questiona uma narrativa carregada da vivência de uma situação de racismo e diz: será que foi racismo mesmo? Nogueira (2017, p. 121) nos apresenta o conceito de “apartheid psíquico” ao exemplificar que a ideia de raça atrelada a cor está inserida em um arranjo semântico, político, econômico e histórico. Separar ou apartar, segundo a raça/cor, constitui-se no significado do conceito de apartheid, assim como vivenciado na África do Sul, onde a minoria da população branca se

considerava superior a maioria da população negra. O conceito de “apartheid psíquico” é trazido por Nogueira (2017) ao discutir o racismo institucionalizado no Brasil enquanto um processo de segregação silenciosa que produz sofrimento psíquico.

Mbembe (2014) irá desenvolver em Crítica da Razão Negra o conceito de complexo psiconírico, que consideramos pertinente para essa discussão sobre a escuta psicológica. O conceito de complexo psiconírico (MBEMBE, 2014) nos propõe pensar que a servidão de pessoas negras além de física e econômica, também era psicológica e que a ideia de raça desenvolvida a partir da colonização se atualiza no contemporâneo e produz um complexo perverso que gera medos, tormentos e infinitos sofrimentos a homens, mulheres e crianças negras. Ou seja, esse autor irá apontar para o fato de que pessoas negras carregam um sentimento de inferioridade que não é reconhecido no mundo real, ficando apenas em suas mentes e em suas fantasias. Diante de uma escuta psicológica é necessário reconhecer esses sentimentos e promover o reconhecimento da narrativa de crianças, mulheres e homens negros para que esses sentimentos possam ser trabalhados como algo real e não apenas como uma fantasia produzida exclusivamente e individualmente por eles.

Outro conceito importante trazido pelo Mbembe (2014, p.26) consiste no “alterocídio”, ou seja, um processo produzido pelo colonizador a partir da construção do Outro (negro e negra) como um objeto intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se ou simplesmente, destruir quando não é conseguido assegurar o controle total desses sujeitos. Nessa mesma perspectiva, Kilomba (2014, p.714) refere que o sujeito negro e negra só existe porque foram produzidos em uma relação de alteridade com o branco durante a colonização por meio de aspectos repressores rejeitados pelo sujeito branco que consistiam “aquiilo que eu não sou”.

Kilomba (2014) nos apresenta o conceito de máscara do silenciamento a partir de um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de 300 anos. A autora refere que oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanos escravizados comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar tanto de mudez quanto de tortura. A máscara resulta em um estado de despersonalização ou de alienação, onde pessoas negras são forçadas a desenvolver uma relação consigo por meio do branco, bem como olhar para si por meio da perspectiva do branco. Isso faz com que negros e negras sejam forçadas a olhar para si por meio da perspectiva dominante do branco (KILOMBA, 2014). Esse processo produz alienação, traumas e decepção para homens e mulheres negras.

Kilomba (2014) refere que a consciência sobre o racismo é mais um processo psicológico do que moral e, enfatiza que pessoas brancas não devem se perguntar se são racistas e esperar uma resposta moral, mas, sim, elas devem se questionar em como podem desmantelar seu próprio racismo. Nesse sentido, enfatizamos a necessidade de utilizarmos essa pergunta na escuta psicológica. Ou seja, psicólogos e psicólogas precisam se questionar sobre como desconstruir seu racismo. A psicologia latinoamericana (ORELLANO; GONZÁLEZ, 2015) tem absorvido progressivamente os princípios da descolonização do saber, poder e ser. Nessa perspectiva, propõe o princípio da descolonização para pensar o sofrimento psíquico produzido pelo colonialismo e seu pressuposto da hierarquização entre humanos e não humanos (OLLEJANO; GONZÁLEZ, 2015). Os autores trabalham com a ideia de "trauma psicosocial colonial" ao fazerem

referência ao sofrimento psíquico produzido pelo colonialismo e atualizado pela colonialidade do poder, do ser e do saber.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comprometimento de psicólogas e psicólogos com o contexto social parte de um olhar disciplinado por uma cultura eurocêntrica, racista e sexista, dificultando espaços de reconhecimento de histórias de vida permeadas pelas violências racial e de gênero, onde a mulher negra é a Outra da Outra, como refere Kilomba (2014). Colocamos em discussão a importância de ter como exercício na prática clínica o ato de observar a si, por psicólogas e psicólogos, diante daqueles e daquelas que estão na linha do não humano imposta pela colonialidade. Torna-se imprescindível a formação de profissionais de psicologia capazes de reconhecerem o racismo como um dispositivo produtor de sofrimento psíquico e que necessita ser enfrentado no contemporâneo. Profissionais capazes de desenvolverem uma escuta psicológica engajada e politizada no que tange ao enfrentamento a violência racial. Salientamos a importância da continuidade dessa discussão haja vista o grande caminho que ainda temos a percorrer quanto a qualificação de nossa escuta.

5. REFERÊNCIAS

- ALVES, M. C.; JESUS, J. P. de; SCHOLZ, D. Paradigma da afrocentricidade e uma nova concepção de humanidade em saúde coletiva: reflexões sobre a relação entre saúde mental e racismo. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 106, p. 869-880, Set. 2015.
- BARROS, K. S. M. de. Réplica 1 - O que é um Ensaio? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 333-337, Mar./Abr. 2011.
- BERTERO, C. O. Réplica 2 – O que é um Ensaio Teórico? Réplica a Francis Kanashiro Meneguetti. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 338-342, Mar./Abr. 2011.
- DUTRA, E. Considerações sobre as significações da Psicologia Clínica na contemporaneidade. **Estudos de Psicologia**, v.9, n. 02, p. 381-387, 2004.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005. 376p.
- KILOMBA, G. The Mask. In: Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism. Tradução de Jessica Oliveira de Jesus. **Cadernos de Literatura em Tradução**, n. 16, p. 171-180, 2014.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev. EstudFem.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, Dez. 2014.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Tradução de Marta Lança. Antígona Editores Refractários, Lisboa – Portugal, Outubro, 2014.
- MENEGETTI, F. K. O que é um Ensaio-Teórico? **Revista de administração contemporânea**, vol. 15, núm. 2, p. 320-332, marzo-abril, 2011.
- NOGUEIRA, I. B. Cor e Inconsciente. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia da; ABUD, Cristiane Curi (Orgs). **O racismo e o negro no Brasil: Questões para a Psicanálise**. São Paulo: editora Perspectiva LTDA, 2017, p. 121-128.
- ORELLANO, C. M.; GONZÁLEZ, S. G. Acerca de la opción decolonial en el ámbito de la psicología. Perspectivas en Psicología: **Revista de Psicología y Ciencias Afines**, v.12, n. 2, p.1-8, Nov., 2015.
- SANTOS, B. de S. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. de S. e MENEZES, M. P. (org). **Epistemologias do Sul**. Edições Almedina, SA, Coimbra, 2009.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciências sociales**. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000, p.122-151.